



IMPACTOS DA COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO DE FORTALEZA NO CONTEXTO DE INFLEXÃO NEOLIBERAL

Impacts of Covid-19 on the metropolitan labor market in Fortaleza in the context of neoliberal inflection

Impactos de covid-19 en el mercado de trabajo metropolitano en Fortaleza en el contexto de inflación neoliberal

Impacts du Covid-19 sur le marché du travail métropolitain à Fortaleza dans le contexte de l'inflexion néolibérale

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v22n3.697>

Alexsandra Maria Vieira Muniz¹

José Borzacchiello da Silva²

Jefferson Santos Fernandes³

Histórico do Artigo:

Recebido em 07 de Julho de 2020

Aceito em 27 de Outubro de 2020

Publicado em 05 de Dezembro de 2020

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar os impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus no mercado de trabalho metropolitano de Fortaleza. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica e análise estatística com base nos dados do sistema Caged e da Pnad Covid-19. Constatou-se que tanto o mercado de trabalho formal como o informal têm sido duramente afetados pela atual crise econômica, com queda de investimentos e aumento de desempregados. O mês de abril apresentou os maiores saldos negativos na taxa de empregabilidade, considerando que foi o período de pico dos casos de Covid-19 na RMF e manutenção das medidas de fechamento das atividades consideradas

¹ Professora Dra. do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: geoalexandraufc@gmail.com,

 <https://orcid.org/0000-0001-9607-9160>

² Professor titular e emérito da Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Email: borzajose@gmail.com,

 <https://orcid.org/0000-0001-5546-2737>

³ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: jefferson.geo.fernandes@gmail.com,

 <https://orcid.org/0000-0002-8984-7632>

não essenciais. No espaço metropolitano, tem-se os piores índices de empregabilidade com saldo negativo em todos os 19 municípios, com destaque para a capital Fortaleza. A principal fonte das famílias cearenses tem sido o auxílio emergencial do Governo Federal, posto que dos 184 municípios 138 têm mais de 40% da população cadastrada no Bolsa Família. O impacto econômico e social da pandemia ainda é difícil de ser dimensionado. Entretanto, é possível estimar o custo da vida de milhares de pessoas, a falência de empresas, sobretudo, as de pequeno e médio porte, e, conseqüentemente, a destruição de muitos empregos.

Palavras-Chave: Mercado de trabalho. Economia urbana. Covid-19.

ABSTRACT

This work aims to analyze the impacts caused by the pandemic of the new Coronavirus on the metropolitan labor market in Fortaleza. For this, bibliographic research and statistical analysis were carried out based on data from the Caged system and Pnad Covid-19. It was found that both the formal and informal labor markets have been severely affected by the current economic crisis, with a fall in investments and an increase in the unemployed. The month of April presented the biggest negative balances in the employability rate, considering that it was the peak period of the cases of Covid-19 in the RMF and maintenance of the closure measures of the activities considered non-essential. In the metropolitan area, there are the worst employability rates with a negative balance in all 19 municipalities, with emphasis on the capital Fortaleza. The main source of families from Ceará has been the emergency aid from the Federal Government, since of the 184 municipalities 138 have more than 40% of the population registered in the Bolsa Família. The economic and social impact of the pandemic is still difficult to measure. However, it is possible to estimate the cost of living for thousands of people, the bankruptcy of companies, especially small and medium-sized ones, and, consequently, the destruction of many jobs.

Keywords: Labor market. Urban economy. Covid-19.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar los impactos causados por la pandemia del nuevo Coronavirus en el mercado laboral metropolitano de Fortaleza. Para ello, se realizaron investigaciones bibliográficas y análisis estadísticos basados en datos del sistema Caged y Pnad Covid-19. Se descubrió que tanto el mercado laboral formal como el informal se han visto gravemente afectados por la actual crisis económica, con una caída de las inversiones y un aumento de los desempleados. El mes de abril presentó los mayores saldos negativos en la tasa de empleabilidad, considerando que fue el período pico de los casos de Covid-19 en el RMF y el mantenimiento de las medidas de cierre de las actividades consideradas no esenciales. En el área metropolitana, existen las peores tasas de empleabilidad con un saldo negativo en los 19 municipios, con énfasis en la capital, Fortaleza. La principal fuente de familias de Ceará ha sido la ayuda de emergencia del Gobierno Federal, ya que de los 184 municipios, 138 tienen más del 40% de la población registrada en la Bolsa Família. El impacto económico y social de la pandemia sigue siendo difícil de medir. Sin embargo, es posible estimar el costo de vida de miles de personas, la bancarrota de las empresas, especialmente las pequeñas y medianas, y, en consecuencia, la destrucción de muchos empleos.

Palabras clave: Mercado laboral. Economía urbana. Covid-19.

RÉSUMÉ

Ce travail vise à analyser les impacts causés par la pandémie du nouveau Coronavirus sur le marché du travail métropolitain de Fortaleza. Pour cela, une recherche bibliographique et une analyse statistique ont été effectuées sur la base des données du système Caged et de Pnad Covid-19. Il a été constaté que les marchés du travail formel et informel ont été gravement touchés par la crise économique actuelle, avec une baisse des investissements et une augmentation des chômeurs. Le mois d'avril a présenté les soldes négatifs les plus importants du taux d'employabilité, considérant qu'il s'agissait de la période de pointe des cas de Covid-19 dans le RMF et du maintien des mesures de fermeture des activités jugées non essentielles. Dans la zone métropolitaine, il y a les pires taux d'employabilité avec un solde négatif dans les 19 municipalités, l'accent étant mis sur la capitale Fortaleza. La principale source de familles du Ceará a été l'aide d'urgence du gouvernement fédéral, puisque sur les 184 municipalités, 138 comptent plus de 40% de la population enregistrée dans la Bolsa Família. L'impact économique et social de la pandémie est encore difficile à mesurer. Cependant, il est possible d'estimer le coût de la vie pour des milliers de personnes, la faillite d'entreprises, en particulier les petites et moyennes entreprises, et, par conséquent, la destruction de nombreux emplois.

Mots-clés: marché du travail. Économie urbaine. Covid19.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A crise de saúde provocada pela pandemia do Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) exacerbou as fragilidades do nosso sistema social, sobretudo em um país de dimensão continental e economia heterogênea como o Brasil. Trata-se de doença infecciosa e de rápido contágio que ocupa horas e horas do noticiário da imprensa e dos meios digitais nas redes sociais com suas consequências nos diferentes territórios e segmentos sociais.

De Wuhan na China, onde surgiu no final de 2019, propagou-se pelo mundo global. Com a compressão do espaço-tempo (HARVEY, 1993) propiciada dentre outras coisas pela revolução nos transportes e comunicações e acelerada no *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996), o tráfego aéreo é apresentado como o principal difusor da doença com alto grau de transmissão. Como afirma Harvey (2020: p.16) “uma das desvantagens da crescente globalização consiste no fato de ser impossível deter uma rápida difusão internacional de novas doenças. Vivemos em um mundo altamente conectado, onde quase todos viajam. As redes humanas de difusão potencial são vastas e abertas”.

A pandemia desse vírus no contexto de bruscas mudanças no cotidiano globalizado se insere em um complexo xadrez geopolítico. O fato de a epidemia ter eclodido na China, suscitou

(...) histórias de suspensões nas cadeias de produção globais que passavam por Wuhan. Estas foram largamente ignoradas ou tratadas como problemas para determinadas linhas de produtos ou corporações (como a Apple). As desvalorizações eram locais e particulares, e não sistêmicas. Os sinais de queda da demanda dos consumidores também foram minimizados, embora aquelas corporações, como a McDonald's e a Starbucks, que tinham grandes operações dentro do mercado doméstico chinês, tivessem que fechar suas portas por um tempo. (HARVEY, 2020, p. 16).

Além dos danos à saúde, ameaça à vida e estagnação econômica, a pandemia fez o mundo despertar para excessiva dependência de um país para a oferta de uma série de insumos e produtos essenciais. Isto só escancara a vulnerabilidade de nações, como o Brasil diante do deslocamento de numerosas cadeias produtivas para a Ásia, com destaque para a China, fenômeno que vem se aprofundando nos últimos 30 anos.

O contexto atual é agravado pela crise econômica e política seguido de uma crise institucional, uma vez que as instituições não funcionam a contento, há uma crise de representação generalizada e, agora, uma crise pandêmica. Somado a isto já se cogita o limiar de um período recessivo, sendo necessário não só combater a pandemia, mas reorganizar o país. É preciso ratificar que embora esta crise ganhe expansão territorial e agravamento em uma velocidade nunca vista antes, a mesma é uma continuidade, pois considerando que ocorre uma redução no ritmo de crescimento econômico nacional já a partir de 2011 cabe salientar o que afirma Ribeiro (2017) quanto a ruptura da dinâmica do experimento desenvolvimentista notadamente a partir de 2016, uma vez que a:

Inflexão ultraliberal em curso teria como foco a reforma do Estado brasileiro, retomando com mais força princípios e concepções experimentadas no ciclo neoliberal dos anos dos 1990. Tal mudança terá como contrapartida, no plano da cidade, um ajuste urbano na direção de políticas urbanas pró-mercado (RIBEIRO, 2017, p.5).

Não é de agora que o modo de produção capitalista enfrenta crises, embora as mais recentes tenham tido um desdobramento espacial bastante contundente, é fato que a expansão capitalista se insere no que Harvey (2005), considera como ajuste espacial, entendido como a expansão geográfica do capital relacionada às soluções temporárias às crises pelas quais passa o modo de produção capitalista ao longo da história. Conforme Harvey (2005, p. 117) “ as crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica. A dialética interna da sociedade civil é perpetuamente mitigada e reproduzida mediante o recurso constante ao ajuste espacial”.

A renovação das condições que permitam novos ciclos de acumulação capitalista tem historicamente se sucedido por meio dos ajustes espaciais. Assim, há uma intrínseca relação entre o processo de acumulação às crises e estas aos ajustes espaciais como forma de superar a crises resultantes da desvalorização do capital imerso na crise.

Segundo Harvey (2005), as recentes crises enfrentadas pelo capitalismo fizeram com que setores da produção fossem transplantados para países que oferecem vantagens necessárias a um novo momento de acumulação.

Este fato que se evidencia aqui não é por acaso, mas devido o coronavírus que ganha primeiramente território na China com repercussões para a dinâmica global da acumulação de capital.

Em seus estudos Harvey (2020, p.14) já apontava:

...bloqueios e rupturas na continuidade do fluxo de capital resultariam em desvalorizações e que se as desvalorizações se tornassem generalizadas e profundas isso sinalizaria o início de crises. Eu também estava bem ciente de que a China é a segunda maior economia do mundo e que ela efetivamente salvou o capitalismo global em 2007-8, portanto, qualquer impacto sobre a economia da China teria sérias consequências para uma economia global que, de qualquer forma, já estava em péssimas condições”. [...]. Este modelo neoliberal assenta cada vez mais no capital fictício e numa vasta expansão na oferta de dinheiro e na criação de dívida. Já enfrenta o problema da insuficiente demanda efetiva para realizar os valores que o capital é capaz de produzir. Como poderia o modelo econômico dominante, com sua legitimidade reduzida e sua saúde delicada, absorver e sobreviver aos impactos inevitáveis do que poderia se tornar uma pandemia?

No Brasil, o primeiro caso conhecido de Covid-19 ocorreu em 25 de fevereiro. Em março, o país começou a sentir os efeitos econômicos do novo Coronavírus, com fechamento de bares, restaurantes e comércio como forma de evitar o avanço da pandemia.

De acordo com o Ministério da Saúde, até 06 de julho de 2020 o Brasil tinha 1.613.351 casos confirmados e 65.120 mortes. Tendo se tornado o segundo país com o maior número de casos e de óbitos, atrás apenas dos Estados Unidos, o noticiário internacional classificava o Brasil como o novo epicentro da pandemia, pois a curva de contaminação ainda seguia um movimento ascendente e

acelerado. São Paulo concentrava o maior número de casos e mortes, seguido pelo Rio de Janeiro e Ceará.

Conforme a Secretaria da Saúde do Estado (Sesa), o Ceará registrava na primeira semana de julho 122.421 casos de Covid-19, com 6.462 mortes pela doença e 97.166 mil recuperados. A taxa de letalidade, que é a relação entre o número de casos e as mortes era de 5,3. Na fase inicial do processo epidêmico, os casos confirmados no Ceará se concentravam em Fortaleza. A capital cearense é geradora de fluxos de toda ordem, sendo um importante polo turístico, comercial e de prestação de serviços. Como a difusão do vírus está relacionada a conectividade entre os lugares, o aeroporto internacional de Fortaleza e a densa rede de transporte rodoviário facilitaram a circulação do SARS-CoV-2. A densidade técnica na metrópole sertaneja do litoral (SILVA, 2006), com a presença de importantes sistemas de objetos geográficos que se articulam por meio de ações (SANTOS, 1996), teve um grande peso para situação da pandemia no Ceará.

Os primeiros casos foram registrados em bairros de classe média e alta da cidade como Aldeota e Meireles, com os contaminados recém-chegados de viagens internacionais e que transmitiram o vírus aos seus contatos próximos. Passados os meses de março, abril, maio e junho, os territórios populares de Fortaleza, com bairros de alta densidade demográfica e com graves problemas socioeconômicos, são os mais afetados pela crise que é, ao mesmo tempo, sanitária, econômica e social. Nos municípios da região metropolitana e do interior do estado o vírus se espalhou rapidamente.

Conforme dados coletados na plataforma IntegraSUS, que considera a data do início dos sintomas da Covid-19 em seus registros oficiais, no dia 15 de março o vírus já circulava em 46 municípios cearenses. Estes dados revelam que, antes mesmo da promulgação do Decreto Estadual nº 33.519 de 19 de março de 2020, que estabelece o distanciamento social e o funcionamento apenas dos serviços considerados essenciais, a transmissão comunitária do SARS-CoV-2 já era uma realidade no território estadual.

No Ceará, a maioria dos casos de Covid-19 está localizada na região metropolitana de Fortaleza e nos municípios da região norte, com a tendência de uma difusão menos concentrada nas regiões do Cariri, Inhamuns, Sertão Central e Médio Jaguaribe. Em números absolutos, pelo boletim do dia 07 de julho de 2020, Fortaleza seguia com o maior número de casos no Estado, concentrando 37.023 confirmações da doença e 3.378 óbitos, seguido de Sobral (7.431 casos e 247 mortes), Maracanaú (4.110 casos e 216 óbitos), Caucaia (3.949 casos e 286 óbitos) e Juazeiro do Norte (2.356 casos e 109 mortes). Os dados apontam para uma etapa de disseminação epidêmica exponencial no interior, sendo o município de Granjeiro, no Cariri, e que possui a menor população do estado com 4.559 habitantes, o único que não possuía pessoas contaminadas.

A pandemia afetou duramente tanto o mercado de trabalho formal como o informal no território cearense. O Brasil possui mais de 38 milhões de trabalhadores informais, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Covid-19), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Ceará, os números revelam mais de 2 milhões de trabalhadores nesta situação, com uma taxa de informalidade de 54,9%, constituídos pelos empregados no setor privado sem carteira, empregador sem o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), trabalhador familiar auxiliar, trabalhador doméstico sem carteira e trabalhador por conta própria, totalizando 2.060.000 pessoas.

A atual tendência dos mercados de trabalho em reduzir o número de trabalhadores e empregar minimamente uma força de trabalho que seja facilmente demitida, como convém para o empresário já era apontada dentre outros autores por Harvey (1993).

Empresas que modernizam continuamente os seus maquinários e que, entre suas novas formas organizacionais, empregam crescentemente a terceirização, demitem funcionários e aumentam as formas de automação. Assim, a terceirização é uma das esferas da acumulação flexível apoiada na “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo...” (HARVEY, 1993: 140).

Em um contexto de pandemia se acentua o desemprego e a perda de direitos trabalhistas.

Neste trabalho, nosso recorte espacial de análise será o conjunto de municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). No espaço metropolitano, a instabilidade no mercado de trabalho foi agravada pela pandemia. Os fatos evidenciam um crescente número de desligamentos de empregos formais acompanhados, ao mesmo tempo, de admissões em outros segmentos.

O emprego formal metropolitano de Fortaleza tem destaque para os grupos ocupacionais nos setores de serviços, indústria e construção civil. Em estudos anteriores MUNIZ (2011, 2014, 2015, 2016, 2019) retrata questões relevantes ligada a economia urbana e ao mercado de trabalho Cearense e metropolitano de Fortaleza, em particular.

O destaque da indústria da construção civil pode ser entendido como estratégia do capitalismo urbano-imobiliário no atual contexto, ou seja:

a inflexão neoliberal tenderia a resolver a ambiguidade presente entre a habitação como direito e a habitação como mercadoria, a favor da segunda devido às reestruturações dos programas habitacionais – particularmente o Minha Casa Minha Vida – com seu direcionamento para setores de classe média baixa. (RIBEIRO, 2017, p.63)

O Ceará perdeu mais de 25 mil postos de empregos formais na pandemia conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) em abril de 2020. O Ceará ocupa a nona posição no país e é o quarto estado mais afetado no Nordeste:

O Ceará perdeu 25,6 mil empregos formais entre janeiro e abril deste ano. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia, o

Estado possui o nono pior saldo de vagas do Brasil e o quarto do Nordeste. Nos quatro primeiros meses do ano foram contratados 116,6 mil trabalhadores no Estado, enquanto outros 142,2 mil foram demitidos, gerando o saldo negativo. Somente em abril, foram 12,4 mil admissões contra 42,2 mil desligamentos, totalizando resultado ainda pior que o acumulado do ano, com 29,8 mil empregos formais encerrados. No Nordeste, Alagoas (-26,9 mil), Bahia (-37,5 mil) e Pernambuco (-53,5 mil) tiveram perdas mais expressivas que a cearense entre janeiro e abril. O mercado de trabalho brasileiro fechou 763,2 mil empregos com carteira assinada de janeiro a abril, de acordo com o Caged. O saldo acumulado no ano é resultado de 4,9 milhões de admissões e 5,7 milhões de demissões. Primeiro mês totalmente afetado pela pandemia do coronavírus, abril registrou o fechamento de 860,5 mil vagas. Foram 598,5 mil contratações e 1,4 milhão de desligamentos no período. (REVISTA NORDESTE 27/05/2020. Disponível em: <http://revistanordeste.com.br/ceara-perde-mais-de-25-mil-postos-de-emprego-formal-na-pandemia/>).

Para proteger a economia e os empregos, foi anunciado um pacote de medidas econômicas no país, como Medida Provisória 936 do Governo Federal. Nesse contexto, muitas empresas puderam antecipar férias ou outras formas de negociação com os trabalhadores. Todavia, muitas acabaram decretando falência ou registraram demissão em massa de profissionais, como foi o caso da fábrica de calçados Democrata, em Santa Quitéria, no interior do Ceará, cuja demissão de mais de mil funcionários causou um grande impacto na vida econômica deste município.

Quanto à MP 936, que permite a redução proporcional de jornada e salário dos trabalhadores ou suspensão de contratos e que foi sancionada em 6 de julho com previsão de prorrogação por decreto até o fim do presente ano:

Até esta terça-feira (26), mais de 277,8 mil empregos no Ceará foram afetados pela medida. O Estado é o segundo no Nordeste no balanço, atrás apenas da Bahia, que tem mais de 300 mil empregados enquadrados no regime. São Paulo é a unidade da federação que mais tem utilizado a possibilidade (2,1 milhões). Em todo o Brasil, já são mais de 8 milhões de trabalhadores com jornada e salários reduzidos ou contratos suspensos. Também foram beneficiadas 1,2 milhão de empresas. Boa parte dos acordos é para suspensão total dos contratos, sendo 54,4% - ou 4,4 milhões - dos afetados. Entre os setores produtivos, o de Serviços é o que mais tem aderido à MP 936, tendo colocado 3,14 milhões de seus empregados em todo o Brasil nesse regime. Em seguida, aparecem Comércio (2 milhões) e Indústria (1,8 milhões). (PORTAL G1 27/05/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/05/27/ceara-perde-mais-de-25-mil-vagas-de-emprego-formal-ate-abril.ghtm>).

A queda no volume de emprego é notória quando os efeitos da pandemia na economia se fazem sentir de forma mais contundente, notadamente, a partir do mês de março, apresentando saldo negativo desde a escala nacional, passando pela regional, estadual e local, se acentuando em abril e maio com os dados recém divulgados, abril é o mês com saldo negativo mais acentuado, considerando que foi o mês de pico dos casos de Covid-19 e manutenção das medidas de fechamento do comércio e outras atividades consideradas não essenciais, levando muitos empresários, sobretudo os microempreendedores, a falirem ou a fazerem negociação com os empregados, quando não demitiram enorme massa de trabalhadores.

Como o Ceará é o epicentro da pandemia no Nordeste e terceiro estado com o maior número de casos e óbitos no país, medidas estratégicas para conter a disseminação do vírus e evitar um colapso na economia tiveram que ser tomadas.

No Ceará, os dados da Pnad (IBGE, 2020) apontam para um crescimento da taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2020, que chegou a 12,1%, e dos subocupados, que já são mais de 346, já os desalentados chegam a 385. Se grande parte dos trabalhadores do estado se encontra na informalidade, sem as mínimas garantias diante de um contexto considerado normal, quiçá em tempos de crise em que a realidade cearense é de precariedade nas condições sanitárias para grande número de moradores.

Ademais, as condições de vulnerabilidade social da população residente no interior refletem a dinâmica da estrutura produtiva do estado do Ceará, com a concentração das atividades econômicas na capital Fortaleza e sua região metropolitana. Assim, a fonte de renda das famílias está ligada, sobretudo, ao pequeno comércio, com destaque para as feiras livres, a agricultura de subsistência, e ao setor de serviços, especialmente o funcionalismo público, o que provoca uma baixa quantidade de empregos formais. Dessa feita, a crise econômica que já estava em curso no país, mas que foi agravada pela pandemia, dá sinais de forte impacto nos municípios do interior.

Um importante indicador para avaliar as condições econômicas e sociais da população é o percentual de pessoas beneficiárias do programa Bolsa Família nos municípios do Ceará. A partir do levantamento de dados referentes ao mês de maio de 2020, é possível notar a grande dependência da população residente no interior cearense em relação ao programa de transferência de renda do Governo Federal, uma vez que dos 184 municípios cearenses 138 têm mais de 40% da população cadastrada no Bolsa Família.

O Governo Federal vem disponibilizando, conforme triagem analítica, um Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), para os trabalhadores que tiveram seus contratos de trabalho suspensos em razão da pandemia, ou que tiveram redução proporcional de jornada de trabalho e de salário. Mesmo com negações ao benefício e demora no acesso ao mesmo por parte de muitos, a renda para a sobrevivência de uma significativa parcela da população, com destaque para aqueles que vivem nas pequenas cidades, é o auxílio emergencial de R\$ 600 do Governo Federal.

Como o impacto da Covid-19 no contexto da inflexão ultraliberal em que “a crise econômica instalada desde final de 2014 se acentua a partir de 2015, tornando-se irreversível ao longo de 2016 desdobrando-se em um movimento de inflexão ultraliberal” (RIBEIRO, 2017) é diferenciado entre as escalas de análise, nos deteremos ao recorte espacial da RMF quanto à análise evolutiva de admissões

e desligamentos nos tempos de pandemia, notadamente nos meses de janeiro a abril a partir dos dados disponibilizados pelo Caged.

IMPACTOS DA COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Analisando dados da Tabela 1, segundo os dados do sistema Caged, tem-se o pior dado de fechamento de vagas de emprego formal em abril no Ceará, com saldo negativo de -29.870. Foram 12.400 contratações e 42.270 desligamentos no período. No dia 20 de março no Estado já chegava a 5.000 o número de trabalhadores de bares e restaurantes demitidos.

Tabela 1: Evolução das Admissões e Desligamentos de janeiro a abril de 2020.

RMF/ UF	Jan/2020		Fev/2020		Mar/2020		Abril/2020		Jan	Fev	Mar	Abr
	Adm.	Desl.	Adm.	Desl.	Adm.	Desl.	Adm.	Desl.	Saldos	Saldos	Saldos	Saldos
Fortaleza	21.137	19.752	21.287	17.207	18.821	21.306	7.133	22.441	1.385	4.080	-2.485	-15.308
Aquiraz	413	390	370	478	395	553	199	861	23	-108	-158	-662
Cascavel	168	153	192	155	141	183	117	165	15	37	-42	-48
Caucaia	1.580	1.232	1.150	1.226	1.082	1.278	418	1.403	348	-76	-126	-985
Chorozinho	24	24	28	21	73	9	3	44	0	7	64	-41
Eusébio	1.250	908	1.154	990	1.123	1.195	719	1.236	342	164	-72	-517
Guaiuba	8	6	16	16	13	39	8	9	2	0	-26	-1
Horizonte	323	232	280	255	487	416	42	551	91	25	71	-509
Itaitinga	194	149	193	118	112	243	164	186	45	75	-131	-22
Maracanau	1.487	1.912	1.840	1.377	1.564	1.747	627	2.640	-425	463	-183	-2.013
Maranguape	208	264	378	247	229	461	43	706	-56	131	-232	-663
Pacajus	171	153	167	139	106	158	37	178	18	28	-52	-141
Pacatuba	157	124	125	132	113	108	56	336	33	-7	5	-280
Paracuru	35	29	35	25	45	41	16	48	6	10	4	-32
Paraipaba	21	27	43	31	32	32	11	45	-6	12	0	-34
Pindoretama	25	24	57	21	37	18	15	18	1	36	19	-3
São Gonçalo do Amaranite	440	280	315	261	378	316	97	247	160	54	62	-150
São Luis do Curu	12	1	0	3	10	2	0	7	11	-3	8	-7

Trairi	76	52	88	32	26	69	14	42	24	56	-43	-28
Ceará	35.750	32.919	36.698	29.199	31.818	37.877	12.400	42.270	2.831	7.499	-6.059	-29.870

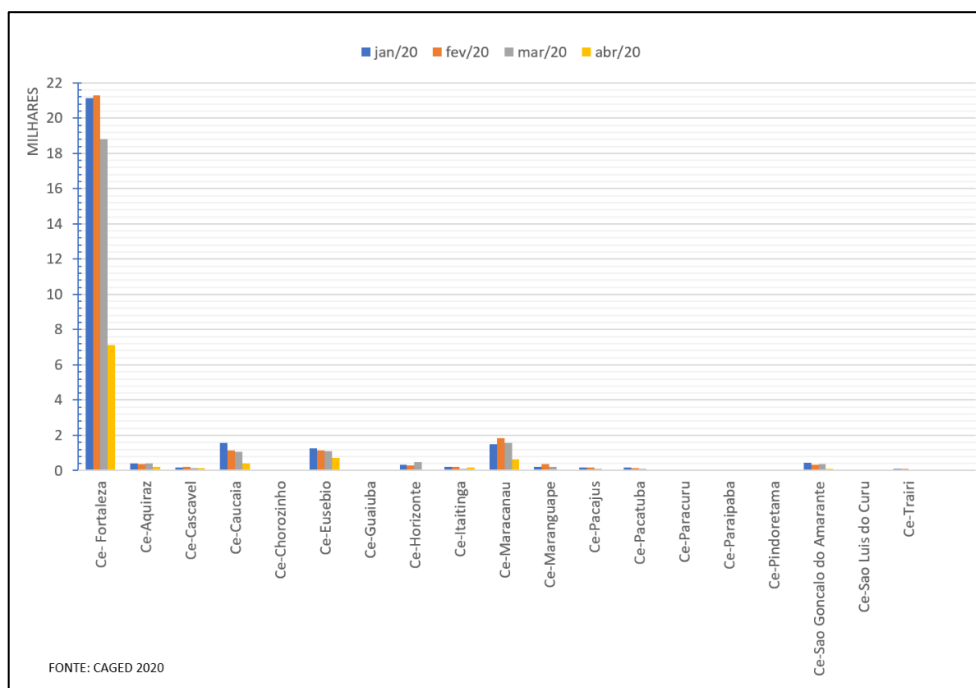
Fonte: Elaboração própria a partir do Painel de Informações do Novo Caged-Dados com ajustes declarados até abril de 2020.

É importante ressaltar que o quadro atípico da pandemia não é responsável por si só pelo saldo negativo no mercado de trabalho, mas vem a acentuar o período de crise e inflexão e suas consequências apontadas, dentre outros, por Pochman (2017, p. 875):

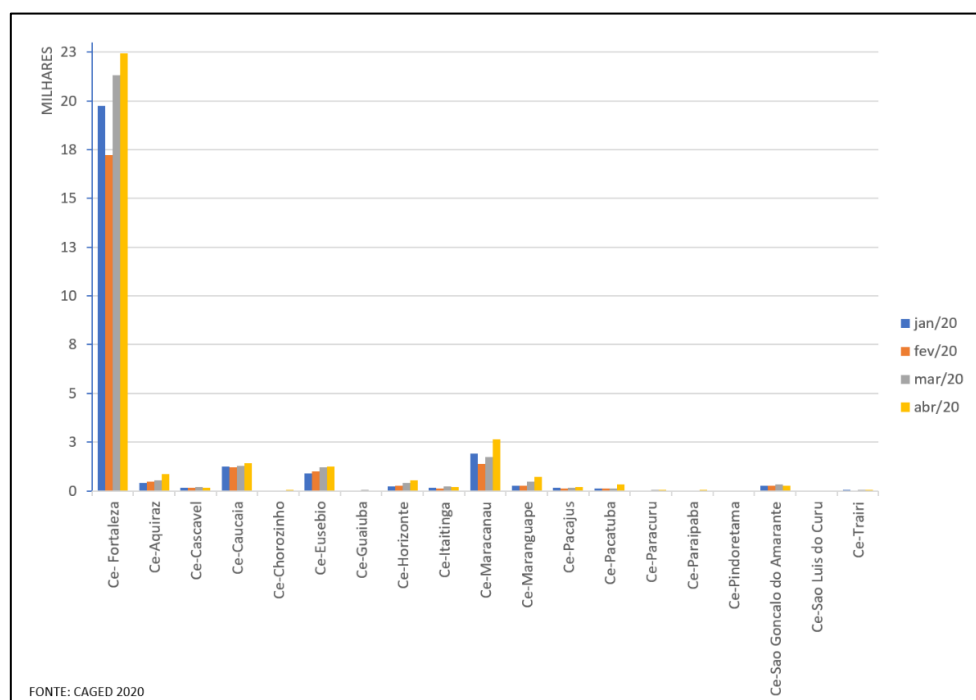
A inflexão na trajetória da formalização das ocupações e do desemprego reflete diretamente o quadro recessivo que domina por mais de dois anos a economia brasileira. Antes de 2015, por exemplo, a geração de empregos formais vinha se desacelerando sem implicar, contudo, em aumento do desemprego. A opção da política econômica do segundo governo Dilma pela recessão em 2015, ainda que imaginada de curto prazo para recompor os problemas da economia nacional, terminou se traduzindo numa crise de dimensão política, econômica e social mais grave dos últimos cem anos no Brasil. O rompimento da normalidade democrática, derivada da ascensão de Temer em 2016, tornou a crise mais prolongada e sem horizonte de superação.

De posse desses dados, nota-se que Maracanaú, Maranguape e Paraipaba já apresentam baixos índices de empregabilidade no mês de janeiro, quando a crise econômica resultante da pandemia ainda não era uma realidade, mas é no mês de abril que teremos os piores índices de empregabilidade no espaço metropolitano com saldo negativo em todos os 19 municípios, estando na capital mais da metade do total do Estado, tanto do maior número de admitidos (7.133), como de demitidos (22.441) e o maior saldo negativo (-15.308).

Embora apresentando queda crescente nas admissões da RMF, notadamente nos meses de março e abril, os municípios que se destacam nas admissões depois da capital são: Maracanaú, Caucaia, Eusébio e São Gonçalo do Amarante, como pode ser visto na figura a seguir:

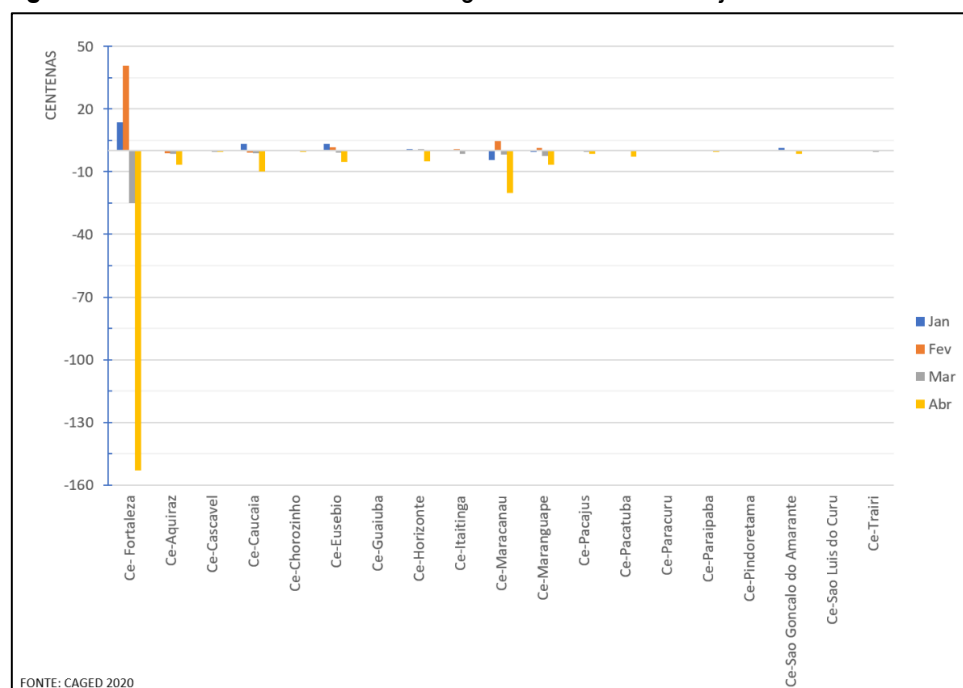
Figura 1: Admissões na RMF de janeiro a abril de 2020.

Quanto aos desligamentos que crescem de forma contínua e se acentuam com a propagação do Coronavírus, estes também são os municípios que se sobressaem com os maiores desligamentos, com acréscimos de outros como Aquiraz, Cascavel, Horizonte, Itaitinga, Pacajus e Pacatuba, que apresentam desligamentos maiores que admissões.

Figura 2: Desligamentos na RMF de janeiro a abril de 2020.

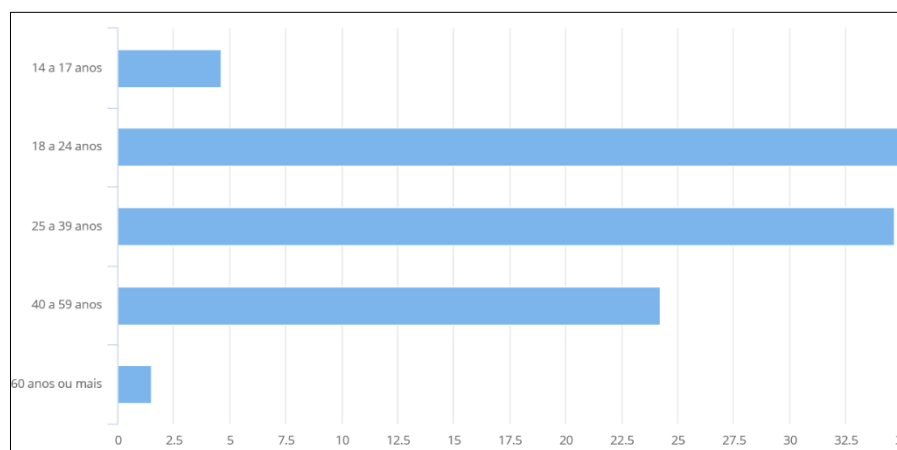
O saldo negativo de empregos reflete nos municípios que apresentaram maior discrepância entre admissões e desligamentos e que tiveram maior impacto com a crise do Coronavírus, notadamente no mês de abril, quais sejam: Fortaleza, Maracanáu, Caucaia, Aquiraz, Maranguape, Eusébio, Horizonte, como pode ser visto na Figura 3 abaixo.

Figura 3: Saldos de Admissões e Desligamentos na RMF de janeiro a abril de 2020.



Dos desocupados por idade no primeiro trimestre de 2020 na RMF, o destaque não é para o grupo de maior risco na pandemia, mas das pessoas em idade ativa, de 18 a 39 anos, sendo de 18 a 24 anos de 35,7%, de 25 a 39 anos de 32,4%, de 40 a 59 de 26,1%, de 60 ou mais de 1,0% e de 14 a 17 anos de 4,8% os desocupados. (Figura 4)

Figura 4: Distribuição de pessoas desocupadas na RMF por idade no primeiro trimestre de 2020.

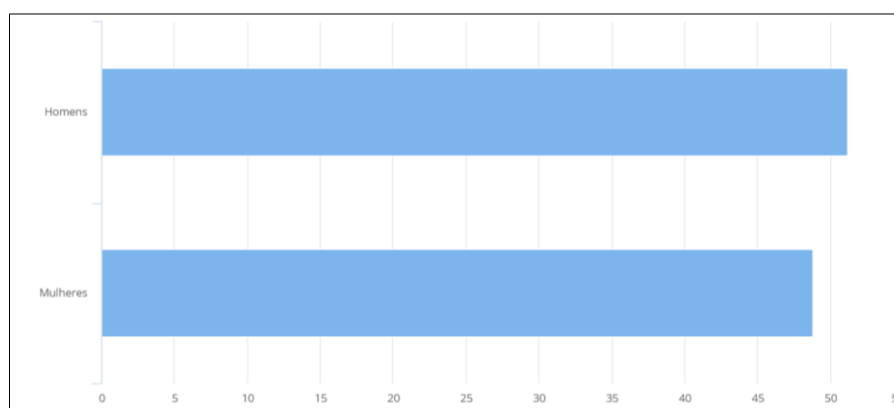


Fonte: Pnad-Covid19.

Enquanto na RMF é 1% o número de pessoas desocupadas com 60 anos ou mais, o Brasil com uma população estimada segundo dados do IBGE 2019 de 210.147.125 tem 16,2% pessoas desocupadas acima de 60 anos que são as consideradas do grupo de maior risco à pandemia juntamente com grupo de pessoas com comorbidade.

Quanto ao gênero de pessoas desocupadas na RMF, se sobressai o sexo masculino (51,2%) em 2 percentuais sobre o gênero feminino que é de (48,8%). Conforme pode ser verificado na Figura 5, a seguir.

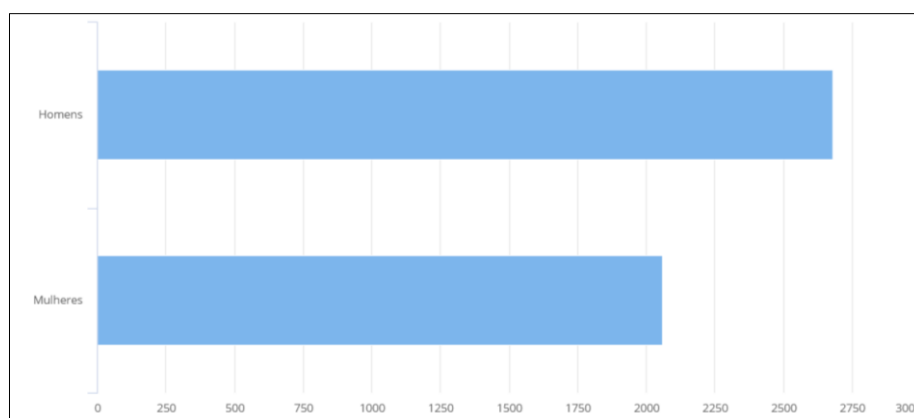
Figura 5: Distribuição percentual de pessoas desocupadas na RMF por sexo no primeiro trimestre de 2020.



Fonte: Pnad-Covid19.

Pelo gráfico 6 abaixo observa-se que o Rendimento médio mensal na RMF dos homens (2.680) supera o das Mulheres (2.061)

Figura 6: Rendimento médio mensal na RMF, por sexo no primeiro trimestre de 2020.



Fonte: Pnad-Covid19.

Na RMF, observa-se dentre os impactos da pandemia o aumento no número de desempregados acompanhado da redução de rendimentos principalmente para os trabalhadores de fácil substituição. Em Fortaleza é visível pela Tabela 1 o efeito da pandemia durante os meses de janeiro a abril, sendo os setores mais afetados os que estavam na lista das restrições para retomada de abertura somente no plano gradual em conformidade com a análise do número de novos casos e óbitos.

Diante do panorama que se apresenta, se por um lado procura-se preservar a vida, por outro com o fechamento do comércio e serviços não essenciais somado a desaceleração na circulação do capital na economia vigente, teme-se o agravamento ainda maior do que se apresenta, com a chegada de um quadro econômico recessivo.

Com a promulgação do Decreto Estadual nº 33.519 de 19 de março de 2020, que estabelece o distanciamento social e o funcionamento apenas dos serviços considerados essenciais, houve mudanças no padrão geográfico de consumo por causa da redução da atividade comercial e de restrições de deslocamentos entre municípios. O decreto de isolamento social foi prorrogado, mas o isolamento rígido, o chamado *lockdown*, foi encerrado. Assim, o plano de retomada da economia cearense foi iniciado a partir do dia 1 de junho. Com reabertura gradual das atividades econômicas, 66,9 mil cearenses voltaram a trabalhar.

Assim como os shoppings da capital cearense, mesmo com restrições puderam abrir as portas, o comércio de rua de Fortaleza voltou a funcionar no dia 8 de junho depois de quase três meses fechado para evitar a disseminação do novo Coronavírus. Embora os órgãos de fiscalização estejam acompanhando a reabertura gradual do comércio, são corriqueiros os casos de aglomeração.

Devido ao crescimento do número de casos em cidades para além da RMF, com a interiorização e destaque para região norte do estado, foram realizadas barreiras sanitárias nas entradas e saídas de muitas cidades, e a exemplo de Fortaleza, algumas inclusive decretaram o chamado *lockdown* (Caucaia, Sobral, Juazeiro do Norte, Tianguá), o que implica no fechamento total das vias urbanas e proibição da circulação de pessoas para serviços considerados não essenciais.

As medidas de contingência adotadas pelos governos municipais e pelo executivo estadual, proibindo a aglomeração de pessoas, contribuíram para a redução do contágio e o não esgotamento total da capacidade do sistema de saúde. Como os setores econômicos mais dinâmicos da cidade operaram com sérias restrições, o aumento do desemprego⁴ e, conseqüentemente, da pobreza já é uma realidade.

Com a pandemia do Coronavírus o quadro se agravou e as perspectivas não são favoráveis, dado que o governo central permanece duvidoso e inoperante em relação às medidas compensatórias.

⁴ No Ceará, no dia 20 de março já chegava a 5.000 o número de trabalhadores de bares e restaurantes demitidos.

As políticas de transferência de renda atenuam o quadro de penúria de elevado contingente populacional da Região Metropolitana de Fortaleza.

Em meio a pandemia também são criados novos empregos mesmo em uma proporção bem menor conforme dados do Sistema Nacional de Emprego (SINE), sendo que a área da saúde concentra a maior parte das vagas em Fortaleza, tendo oportunidades também no interior do Estado e na Região Metropolitana. O Instituto de desenvolvimento do Trabalho (IDT) disponibilizou 661 vagas de trabalho formal no Ceará no dia 26 de abril. Em Fortaleza, as ocupações com mais vagas disponíveis são: técnico de enfermagem (204); enfermeiro (51) e condutor de ambulância (8).

Os argumentos apresentados neste trabalho evidenciam que a pandemia do novo Coronavírus vem causando crise econômica em diversos setores e aprofundando ainda mais a precariedade das condições de vida de milhões de pessoas no Ceará. O impacto social e econômico ainda não dá para dimensionar, mas já se faz sentir por milhões de brasileiros e os mais afetados nesse processo são os trabalhadores e vulneráveis socioambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia colocou os territórios do mundo em alerta, gerou conflitos e confrontos e abalou sensivelmente a economia. Um complexo xadrez geopolítico insere esta pandemia no contexto de bruscas mudanças no cotidiano globalizado.

Exige-se, dentre outras coisas, repensar a produção capitalista local em áreas estratégicas, de saúde, defesa, inteligência e tecnologia, na esteira da percepção de que muitos países no contexto dos circuitos da produção globalizada perderam ou tiveram muito reduzida a capacidade de produzir internamente.

A propagação do vírus é marcada pela rapidez com que os diferentes países do mundo foram atingidos, revelando que a velocidade da integração econômica proporcionada por um capitalismo de ordem neoliberal e de *acumulação flexível* (HARVEY, 1993), trouxe, também, a velocidade da integração biológica.

A instabilidade no mercado de trabalho foi agravada com a pandemia de Covid-19, com crescente número de desligamentos acompanhados de admissões em alguns segmentos. Quanto aos desligamentos, que crescem de forma contínua e se acentuam com a propagação do vírus, estes também são os municípios que se sobressaem com os maiores desligamentos, com acréscimos de outros como Cascavel, Horizonte e Itaitinga, Pacajus e Pacatuba, que apresentam desligamentos maiores que admissões.

O efeito da pandemia em Fortaleza durante os meses de janeiro a abril atingiu os setores que estavam na lista das restrições de funcionamento. Para proteger a economia e o emprego foi anunciado um pacote de medidas econômicas para auxílio das empresas, muitas delas dando férias coletivas ou antecipando as férias, outras negociam com o trabalhador, outras decretam falência ou vem demitindo em massa.

A pandemia teve reflexo direto nas demissões de trabalhadores. Durante o período de isolamento social e de fechamento de muitas atividades desenvolvidas na metrópole, deu-se uma desestruturação que atinge preferencialmente a massa de trabalhadores formais e informais e as pequenas e micros empresas. Durante o período de *lockdown*, houve severo controle sobre o desenvolvimento de atividades no estado. A definição do que era essencial revelou uma cidade com comércio e indústrias com suas portas fechadas, redução acentuada do transporte urbano e intermunicipal. As cidades pararam parcialmente, havendo maior reação e desobediência na periferia.

Apesar da tendência positiva de estabilização da pandemia na capital, o plano de retomada das atividades está sendo implantado com cautela. O retorno ao convívio social é crucial e governo e empresários discutem etapas e setores que serão retomados baseando-se na ciência e levando em conta as necessidades sociais e econômicas. Ao mesmo tempo, os dados e situações discutidos mostram que é impossível prever quanto tempo durará esta crise. O auxílio emergencial revelou um quadro de realidade marcado pelo aumento acentuado da pobreza no Brasil e, por conseguinte, no Ceará.

O impacto social e econômico da pandemia ainda é difícil de ser mencionado. Entretanto, é possível estimar o custo da vida de milhares de pessoas, a falência de empresas, sobretudo, as de pequeno e médio porte, e, conseqüentemente, a destruição de muitos empregos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Medida Provisória nº 936, de 1 de abril de 2020. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, 1 abr. 2020. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-936-de-1-de-abril-de-2020-250711934>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL. Lei 13.982, de 2 de abril de 2020. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 de abr. 2020. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>> Acesso em: 30 mai. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Novo Caged**. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CEARÁ. Secretaria Estadual de Saúde. **Indicadores sobre o novo Coronavírus (Covid-19)**. Disponível em: <<https://integrasus.saude.ce.gov.br/>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de covid-19. In: HARVEY, David; ZIZEK, Slavoj; BAIDOU, Alain; DAVIS, Mike; BIHR, Alain; ZIBECCHI, Raul. (Orgs.). **Coronavírus e a Luta de Classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pnad Covid-19**. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>> Acesso em: 27 mai. 2020

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Crise, mercado de trabalho e mudanças na regulação pública do trabalho no brasil - entrevista especial com Márcio Pochmann. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 875-883, 2018.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Reestruturação produtiva, trabalho e transformações no espaço metropolitano de Fortaleza. **Boletim Goiano de Geografia**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 13-25, 18 ago. 2011.

_____. **A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

_____. The Production Of Fortaleza's Metropolitan Space And The Industrial Dynamic. **Mercator**, v. 14, n. 3, p.61-74, 15 dez. 2015.

_____. O Ceará e a indústria têxtil no espaço-tempo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 36, n. 3, p. 420-443, 2016.

_____. Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais. **Espaço e Economia**, n. 16, p. 1-18, 2019.

_____. CABRAL, João Marcos Cabral; SAMPAIO, Patrícia Marques. Dinâmica Industrial na Região Metropolitana de Fortaleza no Contexto da Reestruturação Produtiva e Espacial. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 20, n. 2. p. 171-200, 2019.

POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 309-330, 2017.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz. **As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira**. Texto para discussão interna. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, José Borzacchiello da. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia.; ZANELLA, Maria Elisa.; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. (Org). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 45-55.